



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000414-76.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 2ª Vara da comarca de Balneário Piçarras

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: n. 7/2015

Período da correição: entre os dias 20-4-2015 e 19-6-2015

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Karolina Oliveira Fontanela



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## **DADOS DA UNIDADE**

Comarca: Balneário Piçarras

Unidade: 2ª Vara

Municípios integrantes: Penha

Juiz titular: Regina Aparecida Soares Ferreira

Chefe de cartório: Simone Reimer

Última correição por equipe da CGJ/SC: julho/2012 – 0011403-49.2012.8.24.0600

Competência: Resolução nº 19/207- TJ, alterada pela Resolução nº 15/2009 Art. 3º  
Compete ao Juiz de Direito da 2ª Vara: I – processar e julgar: a) os feitos criminais e as execuções penais (Lei n. 5.624/1979, art. 93); b) os feitos relativos à Fazenda Pública (Lei n. 5.624/1979, art. 99); c) os feitos relativos aos registros públicos (Lei n. 5.624/1979, art. 95); d) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e habeas data); e) as ações acidentárias (CRFB, art. 109, I) e as previdenciárias (Lei n. 8.213/1991, art. 129, II); f) as infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/1995, arts. 60 e 61); g) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/2006); h) os procedimentos para apuração de ato infracional (Lei n. 8.069/1990, art. 103), II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência, III – exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (Lei n. 5.624/79, art. 93, § 1º).

Entrância: Final

Data da instalação: 28-9-2007.

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		8.219
1.1.2	Processos em andamento	7.035	
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.184	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		1.055
	Cível – Genérico - Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	7	
1.1.4.2	Ag. Digitalização	35	
1.1.4.3	Ag. Encerramento do ato	116	
1.1.4.4	Ag. Impressão vara	1	
1.1.4.5	Ag. Prazo	6	
1.1.4.6	Com classe alterada	3	
1.1.4.7	Recebido do Juiz - decisão	29	
1.1.4.8	Recebido do Juiz - despacho	108	
1.1.4.9	Recebido do Juiz - sentença	6	
	Criminal – Genérico - Processo		
1.1.4.10	Ag. digitalização	57	
1.1.4.11	Ag. Encerramento ato	120	
1.1.4.12	Ag. Impressão Vara	1	
1.1.4.13	Ag. Prazo	52	
1.1.4.14	Cumprir - Urgente	3	
1.1.4.15	Cumprir Audiência	1	
1.1.4.16	Escrivão	1	
1.1.4.17	Petição Inicial	33	
1.1.4.18	Petição Inicial – ag. digitalização	5	
1.1.4.19	Recebido do Juiz - Decisão	49	
1.1.4.20	Recebido do Juiz - despacho	62	
1.1.4.21	Recebido do Juiz - sentença	19	
1.1.4.22	Recebido Serviço Social	4	
1.1.4.23	Remetidos à Delegacia de Polícia	19	
	Execução Fiscal - Processos		
1.1.4.24	Ag. Encerramento de ato	90	
1.1.4.25	Com classe alterada	1	
	Execução penal - Processo		
1.1.4.26	Ag. Digitalização	12	
1.1.4.27	Ag. Impressão - Vara	1	
1.1.4.28	Petição Inicial	20	
1.1.4.29	Recebido do Juiz - Decisão	1	
1.1.4.30	Recebido do Juiz - Despacho	1	
	Família - Processo		
1.1.4.31	Recebido Distribuição	1	
	Juizado Especial Criminal - Processo		



1.1.4.32	Ag. Análise do cartório	51	
1.1.4.33	Ag. audiência	15	
1.1.4.34	Ag. digitalização	3	
1.1.4.35	Ag. Encerramento do ato	8	
1.1.4.36	Ag. prazo	3	
1.1.4.37	Ag. representação	1	
1.1.4.38	Recebido contadoria	4	
1.1.4.39	Recebido do Juiz - Decisão	2	
1.1.4.40	Recebido do Juiz - Despacho	12	
1.1.4.41	Recebido do Juiz - Sentença	91	
1.1.4.42	Remetidos à delegacia de Polícia	1	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Distribuição	4	1
1.1.5.2	Ministério Público	112	17
1.1.5.3	Serviço Social	3	0
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 15-7-2015.			
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 7-7-2014.			
c) Existem 5.353 execuções fiscais municipais e 427 execuções fiscais estaduais (processos eletrônicos), cuja competência na tramitação é da Divisão de Tramitação Remota (DTR) Fiscal.			



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		15.116
1.2.2	Processos em andamento	13.671	
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.445	
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	3.282	
1.2.5	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015.			
b) Existem 19 processos ativos na antiga Vara Única.			
c) Existem 5.353 execuções fiscais municipais e 427 execuções fiscais estaduais (processos eletrônicos), cuja competência na tramitação é do Crepe do Tribunal de Justiça.			

### PROCESSOS EM CARGA

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		2.625
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Contadoria	29	19
1.2.8	Distribuição	3	3
1.2.9	Juiz (Regina Aparecida Soares Ferreira – titular, Alexandre Murilo Schramm, Ana Vera Sganzerla Truccolo, Cintia Werlang, Francielli Stadltober Borges Agacci, Milena de Almeida, Paulo Eduardo Huergo Farah	1.675	1.291
1.2.10	Ministério Público	16	3
1.2.11	Comissário da Infância e Juventude	1	1
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.12	Advogado	853	301
1.2.13	Delegacia de Polícia	47	43
1.2.14	Perito	1	1
1.2.15	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015.			

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.16	Janeiro a dezembro de 2013	2.432	203
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2014	2.484	207
1.2.18	Janeiro a junho de 2015	1.222	204
1.2.19	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	15	18
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		53	3
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		4	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		10	2
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		12	4
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		36	17
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	243	133
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 13-4-2015. b) Segunda verificação em 16-7-2015 c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	2	2	2	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	93	33	84	76
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	43	7	39	11
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	131	115	111	96
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	241	154	217	197
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	105	73	135	93
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	74	22	107	26
1.3.11.8	Cartório - arquivar	4	4	2	2
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	9	4	12	9
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	2.588	2.007	2.119	1.847
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	148	63	231	51
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	18	8	11	10
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	94	2	15	2
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	162	113	173	67
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	556	117	673	442
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	17	3	14	14
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	73	18	181	81
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	39	7	42	14
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	8	5	10	2
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 13-4-2015.				
	b) Segunda verificação em 16-7-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				





#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	2	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		341	3
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		198	7
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		34	8
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	127	109



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2015)		6.711	5.489	
	Petição intermediária		1.097	763	
	Peticionamento eletrônico		108	74	
	Mandados		79	67	
	AR		186	160	
	Execução de sentença		0	0	
	Incidente processual		15	8	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	2.147	1.983	
	Pauta de audiências		174	97	
	Carga		616	402	
	Cartas recebidas		846	824	
	Processo		609	580	
	Recurso		2	0	
	Usuário		832	531	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			12	2
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			1	0
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			25	22
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 13-4-2015 a.1) Item 1.4.9: dos 12 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 11 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 16-7-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 2 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 1 apresenta registro de local físico "sala de arquivo".				



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	-	475
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2014, 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2010 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011, nos Juizados Especiais.		-	706
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		-	14
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2011.		-	9
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		446	430
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 13-4-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.1 à 1.5.4: não foi possível a extração dos referidos relatórios, na data da primeira verificação, por inconsistência dos sistemas.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. Em decorrência de inconsistência do sistema não foi possível consultar o número de registros referentes às ações do juri.</p> <p>b) Segunda verificação em 16-7-2015.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: Dados do mês de maio de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. Em decorrência de inconsistência do sistema não foi possível consultar o número de registros referentes às ações do juri.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 13-4-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 15-1-2015</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 660 registros de processos e 838 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no SNBA [REDACTED], 0002207-62.2012.8.24.0048, 0001757-85.2013.8.24.0048, 0001027-79.2010.8.24.0048, 0000289-18.2015.8.24.0048, 0000106-47.2015.8.24.0048.</p> <p>a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 16-7-2015</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 15-1-2015</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 705 registros de processos e 893 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no SNBA [REDACTED], 0002207-62.2012.8.24.0048, 0000289-18.2015.8.24.0048.</p> <p>a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): mês de junho/2015 não está</p>		



alimentado.

a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 23 de julho de 2015.

Perla Maria Fusinatto Schappo  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Karolina Oliveira Fontanela  
Analista Jurídico - M23561